

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Laura Nazaré Arruda

OCUPA O PODER

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Fernando Perlatto Bom Jardim

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Laura Nazaré Arruda, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201872016A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado OCUPA O PODER, desenvolvido durante o período de 11 DE MARÇO DE 2019 a 3 DE DEZEMBRO DE 2019 sob a orientação de Fernando Perlatto Bom Jardim, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

LAURA NAZARÉ ARRUDA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

Resumo

O acesso da mulher à política é recente e, de inúmeras formas, incompleto. Atualmente, o espaço é ocupado, mas não é respeitado. Trata-se a mulher no poder como uma fonte de incompetência e instabilidade. Dessa forma, a emancipação da mulher conquistada pelo sufrágio feminino já não é mais suficiente e é imprescindível que se articule um segundo projeto de, para além da ocupação, a manutenção do poder nas mãos de mulheres através do mesmo respeito e confiança creditados aos homens. Sendo assim, o trabalho a seguir visa analisar o contexto sócio-político vigente no governo de Getúlio Vargas da década de 1930, quando o sufrágio feminino foi aplicado na política brasileira, bem como procura realizar uma retrospectiva histórica de como se deram a luta e a conquista do voto feminino. Além disso, estabelecendo uma relação com a atualidade, busca analisar a posição ocupada pelas mulheres na política contemporânea e a necessidade deste segundo projeto de emancipação feminina.

Palavras chaves: Feminismo; Sufrágio; Política; Emancipação.

Introdução

O movimento feminista cumpre um papel imprescindível na luta por igualdade de direitos e emancipação da mulher dentro da sociedade. A súplica é feita por mais equidade em diversos âmbitos: maior acesso à educação, mais respeito e melhores oportunidades no ambiente de trabalho, maior facilidade no acesso à saúde e uma busca por maior equipolência jurídica são apenas a ponta do iceberg das inúmeras intervenções buscadas pelos grupos feministas. Contudo - e porque acredito que jamais conseguiremos resumir em uma só obra acadêmica uma luta secular - neste texto, nos ateremos a entender mais a fundo a busca por igualdade no contexto político.

As eleições diretas só se tornaram uma realidade em solo brasileiro no ano de 1881 e, mesmo dessa forma, com inúmeras restrições, onde somente 1,5% - notoriamente, apenas homens - da população obtinha permissão para atuar no processo eleitoral. Foi só em 1932, onde, em contexto mundial, formava-se uma atmosfera fervorosa que implorava mais justiça e melhores condições no trato dos gêneros, que o feminismo brasileiro travava uma de suas primeiras - e elementares - batalhas, o sufrágio feminino. Foi com grandes nomes, como o de Celina Guimarães e Bertha Lutz, que conseguimos atingir mais do que simplesmente o direito de votar, mas o direito de ser votada, o de representar, já que ocupar posições de poder nos garantiria poder pautar nossos interesses e nossas necessidades.

A grande questão do século XXI, então, se torna a seguinte: se as mulheres já estão inseridas no ambiente político, a reivindicação acaba por aí? A resposta é não. Com uma grande onda de conservadorismo, - que, mesmo chamado de “neo-conservadorismo”, talvez nunca nem tenha nos deixado - o trato da mulher já anteriormente inserida na política se precariza numa velocidade assustadora. Temos o espaço, mas não contamos com respeito nem com credibilidade, tendo que lidar diariamente com a dúvida se merecemos ou não conquistar aquele espaço, trazendo assim um novo dever para a luta feminista: a necessidade de uma segunda emancipação no setor político brasileiro.

Para além de estar no poder, trata-se de ensinar à sociedade que lá também é seu lugar. A busca por uma forma de reafirmar a posição feminina numa superestrutura estatal e de se fazer ser respeitada. Sendo assim, o seguinte trabalho busca resgatar uma retrospectiva histórica a fim de que entendamos de onde - e porque - surge a identificação da problemática da falta de mulheres na política, buscando evidenciar a razão pela qual a luta pelo sufrágio se consolida como emblemática e necessária, bem como reconhecer o esforço dos grandes nomes de mulheres que sustentaram e viabilizaram o processo. Em seguida, conecta-se uma ponte entre o cenário que rondava a inserção da mulher na política no século XX para o cenário do século XXI, indo de encontro às premissas que indicavam que a política se tornaria um ambiente confortável para o gênero feminino. Atualmente contamos com ataques às integridades e competências de quaisquer mulheres que ousem desafiar a lógica machista e patriarcal da sociedade ao se projetar à uma posição de poder na sociedade.

¹ Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: lauranazarruda@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Fernando Perlatto Bom Jardim.

Cenário Sociopolítico

Para entender o cenário político que garantiu o sufrágio feminino no Brasil, é necessário que se fale sobre o que fez que se fosse necessário um processo de emancipação, ou seja, porque o gênero feminino se tornou oprimido desde o início. Simone de Beauvoir, feminista e teórica social francesa que viveu no século XX, diria que a grande diferença social, refletida no campo de trabalho, entre os sexos se desencadearia juntamente ao surgimento da propriedade privada. Em uma de suas maiores obras, *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, defende o pensamento com a seguinte afirmativa:

Na Idade da Pedra, quando a terra era comum a todos os membros do clã, o caráter rudimentar da pá, da enxada primitiva, limitava as possibilidades agrícolas: as forças femininas estavam na medida do trabalho exigido pelo cultivo dos jardins. Nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade. Enquanto o homem caça, pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica. Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tomar os campos produtivos; O homem recorre, então ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece; senhor dos escravos da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste a grande derrota histórica do sexo feminino (BEAUVOIR, p. 84).

A autora clarifica o fato de que a opressão está imediatamente ligada à necessidade de produção na sociedade capitalista, visto que, com a indispensabilidade de maiores trabalhos braçais, o homem passa a acreditar que carrega o maior potencial de trabalho em casa, gerando assim o início da sociedade patriarcal e opressora, que acredita que o homem deve ser o grande responsável pela manutenção da vida doméstica, deixando a mulher com tarefas simples, de baixo esforço e reducionistas. Simone cita esse passo rumo à uma vivência doméstica opressora. A autora credita o início da construção de uma sociedade patriarcal como “A grande derrota histórica do sexo feminino”, e não o faz ordinariamente, mas sim porque ali se iniciava um pensamento histórico, que viria a se enraizar até os dias atuais, de que apenas o homem é capaz de realizar trabalhos de grande nível. Entretanto, ainda nas palavras da autora: “Se o mínimo necessário não é superior à capacidade da mulher, ela torna-se igual ao homem no trabalho” (BEAUVOIR, p. 84). Sendo assim, como o trabalho político não se baseia em nada além de capacidade intelectual, incapacitar uma mulher é, automaticamente, inferir que sua percepção é inferior.

Entender, desde o princípio, de onde - e como - surge a histórica depreciação da mulher em comparação ao homem no ambiente de trabalho é fundamental para o estudo e entendimento do gênero feminino na política. É primordial que se perceba o enraizamento da opressão na sociedade de classes, a fim de que se entenda, socialmente, o processo de sufrágio no Brasil.

Apesar de o direito ao acesso político feminino ser decretado oficialmente no ano de 1932, as lutas não haviam começado por ali. No ato de construção da Constituição de 1891 os debates acerca da participação efetiva da mulher no ambiente político já movimentavam o país, construindo a chamada “comissão dos 21”, que visava conceder o voto ao menos “às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como às que estivessem na posse de seus bens” (Anais, v. I, p. 125. In: ROURE, Agenor de. op. cit., p. 277.)². Entretanto, o projeto não foi aceito por gerar grande repercussão negativa no núcleo masculino inserido em posições de poder que argumentava que a inserção da mulher no polo político culminaria em uma série de erros alocados no que julgavam como falta de capacidade e entendimento feminino. Além disso, julgavam também oportunista a luta pela integração em apenas um âmbito e não em todos os outros exclusivamente masculinos (como o serviço militar), concluindo em 1891 uma constituição que mantinha o direito do voto ao homem. Entretanto, por uma brecha no documento, percebeu-se que nada havia sobre a inelegibilidade das mulheres, dando início assim ao “Projeto Chermont”, que entrava com o pedido de sancionar o direito político feminino.

Apesar do pedido ser negado e não integrado à Constituição, a proposição foi encaminhada no estado do Rio Grande do Norte, sustentando assim a seguinte ementa: “Art. 17. No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.”,

² Retirado do site do Tribunal Superior Federal

garantindo Celina Guimarães como a primeira mulher brasileira a se alistar na lista geral de eleitores em 1927, repercutindo mundialmente como não apenas a primeira eleitora mulher do Brasil, mas de toda a América Latina. Por fim, vinte eleitoras se alistaram à lista de eleitores do Rio Grande do Norte, tendo quinze votado, entretanto, tendo seus votos rescindidos, iniciando uma nova movimentação para definições mais claras e específicas na constituição. Sendo assim, em 24 de fevereiro de 1932, define-se como eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo (...)” e em 16 de julho de 1934, “os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos”, que se alistassem na forma da lei (art. 108).”. Por fim, no fim da era Vargas ditatorial, o presidente delibera que o voto seria obrigatório, salvo algumas exceções, para ambos os sexos, antecedendo a seguinte afirmação “Art. 131. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.”, não mais se preocupando em evidenciar que mulheres estariam incluídas.³

A inserção da mulher na política se deu de forma quase imediata a partir da homologação da ementa de 1934, com a eleição de Carlota Pereira de Queirós, eleita neste mesmo ano ao cargo de primeira Deputada Federal do Brasil através do estado de São Paulo, voltando sua gestão à importância de uma voz feminina dentro do congresso.

É imprescindível ressaltar que a luta por tal conquista de emancipação das mulheres contou com certos nomes que foram essenciais para a obtenção de tal direito, formalmente incitado no Brasil através do contato com o movimento sufragista inglês pela então bióloga paulista Bertha Lutz que, ao retornar ao Brasil após seus estudos em uma universidade Parisiense, funda diferentes ligas de mulheres que buscavam uma emancipação em diversos setores da sociedade. É reconhecida como uma das principais frases em busca de equidade geral e do fim do patriarcado: “Todas as feministas concordam que o domínio das mulheres é a casa”. Mas a casa não é mais um espaço englobado por quatro paredes.” (Lutz, [1918?]). A partir da conclusão de que a opressão da mulher se dava na sociedade como um todo, Bertha funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo esta sido uma das linhas de frente na pressão exercida na era Vargas a fim de que se aprovasse o sufrágio feminino. Foi também a segunda mulher brasileira a servir em cargo público no País, através de um concurso do Museu Nacional carioca. Após 4 anos da homologação do direito à participação da política, Bertha se torna deputada federal onde aprova projetos como a igualdade salarial e a licença para gestante, onde torna sua opinião sobre a organização governamental brasileira pública e explícita através de uma colocação que se tornaria uma marca do processo de conquista de voto feminino:

Uma constituição não deve ser uma camisa de força, nem o espelho de um momento que procura perpetuar a imagem das paixões transitórias e de teorias evanescentes. Deve marcar um passo à frente na marcha redentora da civilização. Deve ser uma moldura ampla que possa enquadrar todas as manifestações da vida política, no domínio pacífico da lei” (LUTZ, 1933).

Representação Não é Esmola

O que deveria ser um direito das mulheres e um dever da sociedade, com o passar dos anos e com o tradicional machismo enraizado, se torna uma espécie de esmola dada pelos partidos políticos. De acordo com o site do Tribunal Superior Eleitoral, no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), proposto em 1997, é obrigatório que os partidos obedeçam um percentual de 30 à 70% de mulheres na chapa que pleiteia as eleições. Entretanto, a fim de burlar a porcentagem, os partidos criaram o costume de fazer coligações com o propósito de juntarem suas (poucas) mulheres e atingir a cota mínima. Isso resulta de um pensamento retrógrado e que está presente desde os primórdios da sociedade, o de que a mulher não é competente e não deveria ocupar espaços de representação e poder.

Prova disso é que, nas eleições de 2018⁴, segundo estudos feitos na Fundação Getúlio Vargas, o desrespeito à constituição eleitoral atingiu a marca de que em apenas 5 dos 26 estados os partidos eleitorais cumpriram o regimento que obriga a quantia mínima, sendo estes o Acre, o Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e São Paulo. Para além do imposto pelos dirigentes partidários, a aceitação da ocupação de poder pelas mulheres também sofre uma estrondosa recusa advinda da sociedade, onde, ainda no ano de 2018 e segundo a mesma pesquisa citada acima, de 2.430 mulheres que se candidataram a uma cadeira na câmara, apenas 77 conseguiram se eleger, ocupando uma porcentagem de 15% do espaço. De acordo com estatísticas providas pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa a centésima quinquagésima quarta

³ Todas as informações e estatísticas dadas sobre o processo de conquista do voto, com início em 1890 e término em 1932 foram tiradas do site do Tribunal Superior Eleitoral, garantindo sua veracidade histórica por registro governamental.

⁴ Segundo estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas e disseminada pelo meio jornalístico *O Globo*.

posição em relação à representatividade política, de 174 países analisados. Na América Latina, ocupa a penúltima posição. Quanto ao financiamento, em 2018 as mulheres receberam apenas 22% do dinheiro disponível para as campanhas, provando mais uma vez que nossas candidaturas não são prioridades e nem, ao mínimo, importantes, já que, de acordo com pesquisas da ONU sobre a representação feminina nos países, não se demonstra nenhuma política sendo feita a fim de ressaltar a necessidade de termos mais mulheres na política brasileira.

Como uma nova forma de equiparação e justiça, aprova-se, a partir das eleições de 2020, que o atingimento das cotas de participação femininas não poderão mais ser cumpridas através de coligação, sendo cada partido que participe das eleições responsáveis por seus próprios 30%. A medida evita um possível costume de constante marginalização feminina por parte dos partidos políticos, determinando também ser obrigatório um fundo partidário dedicado a estas mulheres de, no mínimo, 30% da renda geral.

Sobretudo, é extremamente prejudicial que a participação da mulher aconteça apenas por uma cobrança legislativa e não pelo entendimento de que a política sem a representação feminina é incompleta e traz uma séria crise de representatividade para a população, que não consegue concentrar em seus governantes suas completas demandas. Tal necessidade pode ser explicada através de um pensamento tido como norte da luta feminista, pela filósofa francesa Simone de Beauvoir de que não se nasce mulher, torna-se. Tal observação quando colocada em prática denuncia que a estruturação social que constrói o ser mulher é fundado em situações que perpassam o gênero feminino, evidenciando assim a necessidade de uma governante que seja capaz de entender, através da vivência, os desejos e necessidades desse setor da população.

A Crise na Representatividade

A necessidade de identificação do povo com o governante surge na Idade Média, com a ascensão da igreja e a disseminação de que os papas e bispos eram a reincorporação direta de Deus, surge o ideal de coletividade e o costume de se ter um líder que representava algo diante seus dirigidos, nascendo assim o ideal de que quem ocupava o poder deveria espelhar as necessidades e as convicções do próprio povo. Dessa forma, somando o critério de nascença do conceito de representação à problemática na inserção de mulheres em polos políticos explorada no tópico acima, nota-se que o preço a se pagar por não reunir, em uma posição de representação como são os cargos públicos de poder, pessoas diversas que consigam defender opiniões e vivências diversas é alto. Ana Carolina Westrup, Mestre em Comunicação Social e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, argumenta através de sua coluna no site dos movimentos sociais pela reforma política que o sistema patriarcal que impede as mulheres de serem tratadas de forma igualitária no âmbito político é estrutural e global, mas no Brasil a situação se agrava. De acordo com a autora, o Brasil ocupa a 124ª posição no mapa da ONU de participação das mulheres na política, entre 188 países analisados, sendo também o penúltimo na lista dos países latino americanos. Westrup argumenta que este é um grande atraso no que se trata de obtenção de direitos das mulheres, que abrangeriam temáticas como agressão, abuso e aborto.

Em agosto de 2019, Manuela D'Ávila⁵, inicia suas contribuições ao festival de cinema "Tudo sobre Mulheres"⁶ argumentando que a democracia busca representar a população. Se as pessoas não estão representadas, é uma democracia capenga. Isso se deve ao fato da necessidade de identificação da população com quem busca os representar, podendo ter a tranquilidade de que este os reflete em desejos e posições.

Quando o governante falha em se equivaler a seu povo, cria-se uma crise na identidade política do país. A problemática assombra a política contemporânea, que tende a se cobrir de pensamentos particulares e visões individualistas, que propendem-se a se sobressair perante à consciência coletiva. Hanna Pitikin, teórica política estadunidense argumenta a crise na identidade da seguinte forma:

Na medida em que o governo e a política são considerados como um meio, um dispositivo prático para promover os interesses essencialmente isolados e privados e para proteger os direitos individuais dos governados, o principal problema parece o de como criar uma máquina de representação realmente eficiente. O problema parece o de como selecionar os representantes certos, ou como controlar os selecionados de modo que eles respondam efetivamente às necessidades e interesses das pessoas. Se o problema é encontrar uma forma de assegurar que os interesses das pessoas sejam bem cuidados, então a representação é uma resposta eficiente às nossas necessidades. Mas, se o problema é possibilitar a todos uma participação significativa numa

⁵ Jornalista e política, atuante pelo Partido Comunista do Brasil.

⁶ Festival de cinema feminino ocorrido de 19 a 24 de agosto de 2019 em sua sétima edição, em Cuiabá.

vida pública, coletiva, um empreendimento comum e duradouro que perpetue suas realizações e alargue a visão e a percepção de si mesmo, então a resposta é bem menos clara. Um homem pode muito bem cuidar dos negócios de um outro, mas algumas atividades somente tem significado se cada homem as realiza por si mesmo. Apenas recentemente recolocamos a questão da ação política ser ou não uma dessas atividades, e o que isso implicaria (PITIKIN, 1983, p. 3).

Ao concluir que “um homem pode muito bem cuidar dos negócios de um outro, mas algumas atividades somente tem significado se cada homem as realiza por si mesmo”, Pitikin esclarece que os interesses individuais só serão atendidos se acolhidos por aquele mesmo grupo. Em outras palavras, as reivindicações feministas só serão efetivamente solucionadas se atendidas pelo grupo de interesse, ou seja, as próprias mulheres. Se não nos sentirmos (ou nem formos) representadas por nosso maior meio de obtenção de direitos, o Estado, teremos, como proferido por Beauvoir⁷, uma classe opressora forte por ter, como cúmplices, os próprios oprimidos.

Exemplos do Machismo no Cenário Político Atual

Acredito ser importante, para além de depositar estatísticas sobre a representação feminina, denunciar também a forma com a qual as poucas que conseguem chegar ao poder são tratadas. Destaco então três grandes mulheres, gigantes em suas competências mas que foram diminuídas a fim de manter um sistema opressor e misógino que se faz presente historicamente na política brasileira, são elas:

Manuela D'Ávila, jornalista e porto-alegrense, eleita a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre em 2004, eleita deputada federal em 2006 sendo a deputada mais votada nas eleições daquele ano, reeleita em 2010 com o maior quórum de votantes do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil, além de inúmeros feitos em sua carreira política como a presidência da comissão de direitos humanos e minorias da câmara dos deputados. Mulher, jovem, advinda do movimento estudantil e carregada de política inclusiva, de - e para - mulheres.

Desenvolvendo um índice interessante de votantes nas eleições presidenciais de 2018, Manuela seguia com 4% de pretensão de votos nas consultas populares e, em uma grande estratégia petista, se torna vice de Fernando Haddad a fim de construir uma frente ampla e unificada em defesa da democracia e do Estado de direitos.

É extremamente importante que aqui se explicita novamente o pensamento de Simone de Beauvoir já exposto na página 4 deste mesmo trabalho: “Se o mínimo necessário não é superior à capacidade da mulher, ela torna-se igual ao homem no trabalho” (BEAUVOIR, p. 84). Manuela, com capacidade intelectual e política mais que suficiente, visto seus feitos anteriores, sofre com o apagamento da mulher diante às grandes massas eleitoras no processo de 2018. A mesma denuncia a ocorrência em suas páginas oficiais ao citar que “Fomos para rua, mesmo com a invisibilidade machista imposta a mim na TV Porque afinal “as fake news eram grandes” e eu prejudicava a chapa porque as pessoas acreditavam nas mentiras” (D'AVILA 2019)⁸, as *fake news*⁹ eram muito mais combativas à Manuela que à Fernando Haddad, seu companheiro de chapa. A ele eram creditadas falsas polêmicas sobre sua forma de fazer política e suas opiniões no trato da sociedade. Já a ela eram atribuídas mentiras sobre seu corpo, sobre seu casamento e sobre sua capacidade intelectual. Essa diferença se dá, principalmente, pela forma que a sociedade lida com as críticas aos gêneros, que tendem a ser extremamente agressivas às mulheres justamente por estas não receberem a credibilidade e a confiança por estarem ali. Atacam o que incomoda a sociedade conservadora em seu “ser mulher”: sua liberdade e sua competência. Sua política não sofre tantas críticas por não ter sido ao mínimo levada em conta de princípio. Manuela revela, resumidamente, em setembro de 2019, o quão difícil foi sua trajetória política até aqui:

“Eles vão te chamar de burra, idiota, vagabunda. Vão dizer que é só um rostinho bonito, que não passa de um fenômeno. Todos os teus adversários e colegas homens, do mesmo movimento estudantil, serão talentosos, brilhantes, habilidosos. Tu sempre serás vista com desconfiança: A roupa, o corpo, o jeito, o linguajar. Vai doer. Ah! Vai doer bastante. Vai ser solitário. Tu vais chorar” (D'AVILA, 2019).

⁷ Simone de Beauvoir, já citada anteriormente.

⁸ Fragmento de texto retirado da página de Manuela D'Ávila no *Instagram*.

⁹ Do inglês, notícias falsas. Utilizado, principalmente, nas eleições de 2018 como grande mecanismo de manipulação de massas promovido pela frente de Extrema Direita da corrida presidencial contra as chapas do campo de esquerda, criando falsas polêmicas utilizadas para degradar a imagem e a política dos candidatos.

Jandira Feghali, médica curitibense, detentora de sete mandatos de deputada federal e um de deputada estadual pelo Partido Comunista do Brasil. Jandira dedica sua carreira política, desde 1981, às políticas de mulheres. Nas eleições ao Senado de 2006, apontava como uma vitória convicta, liderando pesquisas e mobilizando grande parte dos votantes, até o dia anterior à eleição. Seu favoritismo nas consultas populares causou revolta na população conservadora, que se incomodava amargamente com o fato de uma mulher - que defende pautas sobre mulheres -, ocupar um cargo de representação nacional. Inicia-se, então, uma campanha denominada “pró-vida”, que denunciava as opiniões favoráveis de Jandira sobre a descriminalização do aborto.

Jandira, mulher e médica, foi sabotada nas eleições justamente por defender pautas de saúde pública para a mulher, sem ter, em momento algum, seu conhecimento de causa, nos dois assuntos, levado em conta.

Por fim, maior caso de machismo enraizado na política brasileira definitivamente foi o de Dilma Rousseff, tendo ela o enfrentado em toda sua trajetória política. Dilma inicia seu percurso na luta por um país que acredita nos anos de chumbo da ditadura militar, tornando-se membro de frentes atuantes na luta armada contra o governo autoritário, tendo em 1970 sendo detida por dois anos pelos órgãos repressores atuantes em defesa dos governantes. Rousseff denuncia, inúmeras vezes, que o golpe que sofreu era recheado de misoginia, manifestando¹⁰ em novembro de 2017, um ano após o ato, a realidade na diferença de tratamento entre um homem e uma mulher no poder:

Quando governei, nada podia parecer certo. Fui inaugurar um aeroporto, e eles encontraram um banheiro pingando. Fizeram um escarcéu. E tinha a linguagem machista: ‘a Dilma é uma mulher dura, o homem é firme; a Dilma é emocionalmente instável, o homem é sensível’. Eu era “obsessiva compulsiva com trabalho”, homem é “empreendedor e trabalhador”. Este jogo da misoginia é muito bem feito por quem o usa. E tinha ainda o rastaquerismo típico do machismo agressivo: a apelação, o baixo nível, o xingamento, a linguagem chula. Eu vi tudo, mas fiz um imenso esforço para que isso não me diminuísse, não me paralisasse e não me atemorizasse. Pediram que eu não fosse ao Senado me defender porque seria agredida. Pensavam que me atemorizam. Atemorizariam se eu os respeitasse (ROUSSEFF, 2017)

O que Dilma relata acima é um exemplo claro da misoginia e do machismo enraizados na sociedade e na política brasileira, onde qualquer equívoco causado por um líder masculino é passível de perdão e compreensão e qualquer brecha onde se possa acusar a mulher de qualquer coisa, é utilizada como forma de desestabilização e de reafirmar que ela não deveria estar ocupando o lugar que ocupa.

Estes são apenas três dos inúmeros casos de machismo que rondam a política contemporânea, sendo esta palco de grandes injúrias e opressões, mas são vitais para promover o entendimento, a partir de exemplos com grandes mulheres que representam a política nacional que, apesar de estarmos ocupando corporeamente o ambiente político, votado e sendo votadas. Não estamos efetivamente na ocupação se somos impedidas de minimamente expor os problemas que assombram nosso gênero no país. Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, já proferia que basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados sendo isso devido ao fato de que nossos direitos jamais estavam definidos no início, é necessária que se promova uma política de mulheres para mulheres, que tenha potencial de criar medidas sólidas o suficiente de benefícios ao gênero que sejam capazes de perdurar qualquer ataque sofrido.

Considerações Finais

Em um momento histórico desafiador, vamos nos lembrar de que nós somos centenas de milhares, milhões de mulheres, pessoas transgênero, homens e jovens que estão aqui na Marcha das Mulheres. Nós representamos forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do hétero-patriarcado de levantar-se novamente. (...) Nós reconhecemos que somos agentes coletivos da história e que a história não pode ser apagada como páginas da internet (...). Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. É um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós à resistência contra o racismo, a islamofobia, o anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista.”¹¹ (DAVIS, 2017)

¹⁰ Postado em sua página pessoal no Twitter e no Facebook.

¹¹ Partes do discurso dado por Angela Davis, filósofa e ativista feminista estadunidense, na marcha das Mulheres Contra Donald Trump em 2017.

Angela Davis, filósofa estadunidense, traz a excelente colocação acima sobre o papel imprescindível da mulher desempenhando o dever de escrever a história da humanidade. O discurso, feito em uma Marcha das Mulheres estadunidenses, sintetiza a necessidade da união em torno da luta feminista que visa, acima de tudo, buscar condições igualitárias e dignas.

É perceptível, analisando trajetórias com as de Dilma, Manuela e Jandira (e também a de tantas outras mulheres que ousam desafiar a estrutura patriarcal e machista da sociedade), que não basta o acesso das mulheres à política, não basta o simples votar e ser votada se não existe uma cultura de permanência dessas mulheres nas posições conquistadas. De nada adianta a emancipação de uma mulher a um grande cargo de representação e deliberação se, mesmo ocupando, não se fala sobre política de - e para - mulheres sob o risco de não receber mais o apoio (que já era mínimo, diga-se de passagem), da sociedade, como é o caso de Jandira Feghali ao tentar introduzir pautas de saúde pública como a questão da descriminalização do aborto. Ou então sofrer com duras repressões machistas e objetificação do corpo ao tentar a reeleição para um cargo público como Dilma Rousseff.

De que adianta, então, estar lá? Se não para colaborar na construção diária de uma sociedade que compreenda e considere quais são as necessidades específicas de seu grupo social originário.

É dito, nas primeiras linhas deste trabalho, que a participação da mulher na política é, sob inúmeras perspectivas, incompleta, e que apenas a conquista do sufrágio não é necessária para a mobilização das mulheres em torno da política. É necessário que se reja uma nova estrutura inclusiva e abrangente na sociedade brasileira.

Este trabalho tem como principal objetivo denunciar o tratamento recebido pelas mulheres que ousam desafiar a estrutura patriarcal e misógina estabelecida pelo sistema político brasileiro. Busca denunciar o absurdo em uma médica não poder falar sobre saúde pública para mulher acima de um homem religioso. Busca denunciar que as mulheres são constantemente postas em segundo plano em campanhas eleitorais a fim de não afastar possíveis eleitores com medo da incompetência que a sociedade faz acreditar ser inerente à mulher.

Felizmente, temos mulheres corajosas que aceitam o risco de “colocar a cara a tapa” e lutar por nossos direitos, mas até quando nossas reivindicações serão apenas frutos de instabilidade e incompetência? Até quando a voz de um homem falará mais alto que a nossa? Até onde mais iremos com um grupo social que não aceita que façamos uma política voltada à assistência de mulheres? Que não aceita que denunciemos as tão distintas condições de trabalho? Que não aceita que falemos sobre assédio e sobre saúde pública para a mulher?

Por fim, quando poderemos, finalmente, falar de nós para nós?

Concluo citando uma fala de Manuela D'Ávila:

O que Manuela de 2019 diria para a Manuela de 2004 que aos 23 aninhos tornou-se a mais jovem vereadora da história de Porto Alegre e está aí nessa fotografia? Não sofra sozinha, guria. Acredite, com os anos serão muitas parlamentares mulheres com a tua idade. Eles vão te chamar de burra, idiota, vagabunda. Vão dizer que é só um rostinho bonito, que não passa de um fenômeno. Todos os teus adversários e colegas homens, do mesmo movimento estudantil, serão talentosos, brilhantes, habilidosos. Tu sempre serás vista com desconfiança: A roupa, o corpo, o jeito, o linguajar. Vai doer. Ah! Vai doer bastante. Vai ser solitário. Tu vais chorar. Mas vais rir muito porque vai ser muito bonito o teu caminho. E Cada vez ele vai ser mais bonito, guria. Cada vez vai ter mais gente e mais mulheres te dando a mão. Por isso, Vai com tudo, guria. Vai valer a pena. E um dia tu vais olhar pra essa foto e pensar: que menina corajosa que eu fui (MANUELA D'ÁVILA, 2019).

REFERÊNCIAS

24 de fevereiro, o dia da conquista do voto feminino - GGN. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/24-de-fevereiro-o-dia-da-conquista-do-voto-feminino/>>. Acesso em: 7 out. 2019.

Os 80 anos do voto de saias no Brasil - TRE-RN — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 7 out. 2019.

4 mulheres que foram pioneiras na construção da política brasileira. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/25/4-mulheres-que-foram-pioneiras-na-construcao-da-politica-brasileira_a_23541458/>. Acesso em: 7 out. 2019.

Voto da mulher — Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 08 out. 2019.

Bertha Lutz, a bióloga pioneira no movimento de igualdade de gênero. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/03/bertha-lutz-biologa-pioneira-no-movimento-de-igualdade-de-genero.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

JUSTIÇA, JANDIRA. *Jandira Feghali não se conforma com derrota e vai à Justiça*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2006-out-09/jandira_feghali_adversarios_sejam_investigados>. Acesso em: 1 nov. 2019.

TIBURI, MARCIA. *A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira - Revista Cult*. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

ROUSSEFF, DILMA. *Dilma Rousseff*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/posts/1609153079138277/>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020 — Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

PITKIN, Hanna, “O Conceito de Representação”, in: F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), *Política & Sociedade*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1983.

SOIHET, RACHEL. *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*.

WESTRUP, ANA CAROLINA. *As consequências da sub-representação das mulheres nos espaços de poder*. Disponível em: <<https://www.reformapolitica.org.br/noticias/artigos/1602-as-consequencias-da-sub-representacao-das-mulheres-nos-espacos-de-poder-.html>>. Acesso em: 2 dez. 2019.